

# Disparo do gatilho ameaçado

O "gatilho" salarial está ameaçado de não mais disparar para o trabalhador brasileiro quando a inflação acumulada atingir à casa dos 20 por cento. A persistência da inflação em permanecer na casa dos 15 por cento, indexando salários e preços, poderá levar o governo a propor um sistema de recomposição salarial a intervalos menores. Esta é uma proposta que vai passar, obrigatoriamente, pelo Congresso Nacional, pois o próprio ministro da Fazenda, Dilsen Funaro, considera que só se deve mexer no "gatilho" com a aprovação de toda a sociedade.

A política salarial imaginada pelos economistas do governo Sarney passa por várias fases, e principalmente pela periculosidade que surge de provocar uma recessão no País que acabaria no desemprego e, portanto, na inexistência de salário, com ou sem gatilho. E aí que se encontra o dilema dos técnicos do Ministério da Fazenda entre provocar uma recessão ou manter o crescimento a todo o custo. E este custo implica a necessidade de financiamentos, inexistentes no setor externo, mesmo pela declaração da moratória aos banqueiros internacionais, e pelo desestímulo ao público interno, asfixiado por juros incontroláveis.

O governo considera que o "gatilho" salarial é hoje um forte realimentador da inflação, e por isto volta-se para recomendar reformulações na área salarial. Não sabe ainda como fazê-lo, pois depende de "referendum" do Congresso Nacional e pretende para isto, ouvir as classes trabalhadoras. Enquanto as classes empresariais insistem em pedir um espaçamento maior para o dis-

paro do "gatilho" — passaria dos 20 por cento atuais para algo em torno de 40 a 50 por cento —, os trabalhadores insistem que até os 20 seriam insuficientes para recompor o nível dos salários, pois os remanescentes significam menos dinheiro no bolso a todo o dia.

Não é o caso de recuperação, mas apenas de manutenção dos salários já defasados, no entendimento das lideranças sindicais. Os trabalhadores, segundo dados do Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômicos (Dieese), já se dariam por muito satisfeitos se voltassem a ganhar o salário em vigor no último mês — base anterior ao Plano Cruzado. Os empregados do mercado formal da economia — os que dispõem de carteira assinada —, o que significa 22 milhões de assalariados, tiveram uma perda real de salário superior a 40 por cento no período.

São três as alternativas do governo, neste caso, a serem negociadas com as classes trabalhadoras e patronais: participação do Dieese no cálculo do índice de inflação; entrega de uma cadeira do Conselho Monetário Nacional a um dirigente sindical; e aprovação de uma nova lei para reger os sindicatos e as greves. Seria muito perigoso negociar o fim do "gatilho" num Congresso pressionado pelos trabalhadores, que vêem a cada dia perder-se o seu poder aquisitivo diante das prateleiras dos supermercados. Mas, mais temerosos ainda, é enfrentar uma onda geral de desativação da atividade da indústria que preparou-se para conviver com o Plano Cruzado e com o crescimento da economia.